

RECUO DA DESIGUALDADE

Crescimento econômico e renda maior
tiram 3 milhões da pobreza, diz IBGE

A5

PNAD

Brasil diminui a desigualdade social

Distribuição da renda do trabalho é a maior dos últimos 17 anos, com mais empregos

SABRINA LORENZI
RIO

Quase três milhões de pessoas deixaram a pobreza no ano passado graças ao recuo da desigualdade social e ao crescimento econômico. A distribuição da renda do trabalho foi a maior dos últimos 17 anos, conforme indicou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad 2007). A publicação mostra avanços expressivos no mercado de trabalho, com mais empregos, salários maiores, formalização das vagas; bem como estampa o maior acesso dos brasileiros a bens duráveis e saneamento básico. Mas os indicadores ainda não livram o Brasil das evidências do trabalho infantil nem do rótulo de desigual.

"Considerando o tamanho da renda, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo, apesar dos avanços da distribuição de renda. É importante que daqui para frente este ritmo de diminuição da concentração de renda seja o padrão", afirmou o presidente do IBGE, Eduardo Nunes. O Índice de Gini do trabalho,

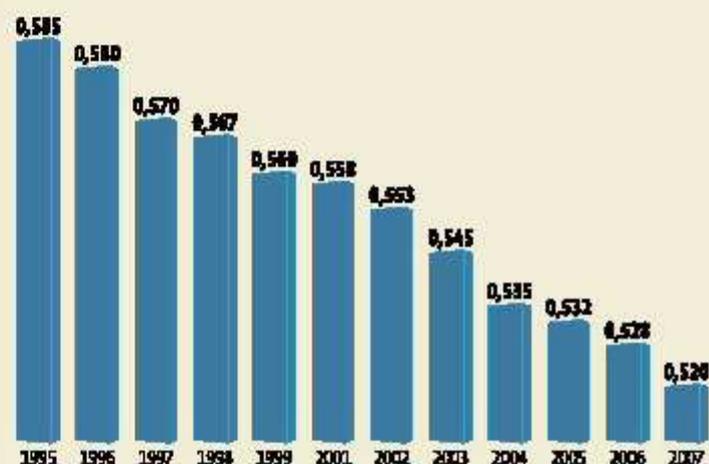
que mede a concentração de renda entre os trabalhadores, diminuiu de 0,540 em 2006 para 0,528 em 2007. Foi uma redução maior do que a soma dos quatro anos anteriores (2002 a 2006). O índice varia de 0 a 1 e quanto mais perto de 0 menor a concentração da renda. "Já que o bolo está crescendo, é hora de acelerar a distribuição da renda e a queda da pobreza", completou Nunes.

Distribuição do bolo

Para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o bolo está sendo distribuído. Na pesquisa "Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade", que será divulgada hoje, o chefe do Centro de Estudos Sociais da FGV, Marcelo Cortes Neri, mostra que a pobreza recuou 5,6% em 2007 – e foi mais influenciada pela distribuição de renda do que pelo crescimento da economia. Pelas contas do especialista, 18% da população pode ser considerada pobre, segundo a linha de miséria estabelecida pela FGV, de R\$ 135. "A redução da miséria em 2007 está mais de duas vezes mais rápida que o requerido para atender as metas relacionadas à redução de pobreza estabelecidas nas Metas do Milênio da ONU (2,77% ao ano) e um pouco superior ao ritmo observado desde 1993 no Brasil", assinala o pesquisador.

DIMINUI A DESIGUALDADE

Índice de GINI*



Fontes: IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil. *O Índice de Gini varia de zero (igualdade) até 1 (a desigualdade máxima)

Bolsa-Família

Em 2006, a pobreza recuou 15%, mas a queda refletiu a expressiva expansão do programa Bolsa-Família, que passou a beneficiar mais de 11 milhões de famílias, além do aumento do salário-mínimo. Já em 2007, o programa social do governo não avançou tanto, tampouco o salário mínimo. "Está havendo equalização da renda em velocidade histórica; e isso não foi por causa de programa social nem salário mínimo, que não tiveram expansão significativa."

Por trás da forte desconcentra-

ção da renda estão as melhores oportunidades do mercado de trabalho. A fotografia do IBGE da ocupação brasileira foi uma das melhores notícias da Pnad. O número de empregos cresceu 1,6% e mais da metade da população trabalhava em 2007, ou 90,8 milhões de pessoas. Também diminuiu o contingente de desempregados, de 8,2 milhões para 8,1 milhões de pessoas (-1,8%). A taxa de desemprego recuou de 8,4% para 8,2%. A desigualdade entre os sexos se revela na taxa: 6,1% para homens e 10,8% entre mulheres. No ano passado, 35,3%

dos trabalhadores brasileiros tinham carteira de trabalho assinada, totalizando 32,0 milhões de pessoas. Em 2005, esse percentual era de 33,1%, tendo aumentado para 33,8% em 2006.

Previdência

A formalização do mercado de trabalho respingou na Previdência. Ao longo dos últimos dez anos, aumentou a proporção de trabalhadores que contribuíam, de 42,6% em 1997 para 51,1% em 2007. Pela primeira vez, desde o início da década de 1990, esse percentual ultrapassa a metade dos trabalhadores. Mais de 46 milhões de trabalhadores contribuíam para a previdência no ano passado, um aumento de 5,7% em relação a 2006.

"Em todas as regiões foi registrado crescimento da proporção de contribuintes para a Previdência Social, sendo que o maior percentual deles entre os ocupados foi verificado no Sudeste (61,6%) e o mais baixo (32,1%), no Nordeste", cita a Pnad.

Na avaliação do ministro da Previdência Social, José Pimentel, a Pnad 2007 apresentou dados positivos que permitem "caminhar para uma Previdência sustentável".

Rendimento médio mensal

Além do aumento de postos de trabalho com carteira assina-

da, o rendimento médio real mensal cresceu pelo terceiro ano consecutivo e alcançou R\$ 956,00. "O aumento real de 3,2% observado de 2006 para 2007, no entanto, foi inferior aos de 2005 para 2006 (7,2%) e de 2004 para 2005 (4,5%)*", observou Cimar Azeredo, gerente da Pnad. A renda acumula aumento de 15,7% desde 2004.

Todas as categorias de posição na ocupação obtiveram ganhos reais, pelo segundo ano consecutivo. As remunerações médias dos empregados com carteira cresceram 1,8%, as dos militares e estatutários cresceram 2,3% e as dos outros sem carteira, 5,2%. O rendimento médio real dos trabalhadores domésticos cresceu 4,8%, de 2006 para 2007. No caso dos trabalhadores por conta própria, esse crescimento foi de 17,0% e o dos empregadores situou-se em 0,4%.

Apesar da queda no número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (-0,7%), este grupo ainda representa 22,7% do total de ocupados no País - 20,6 milhões de pessoas. Já o contingente de trabalhadores por conta própria (19,2 milhões) aumentou ligeiramente (1,5%) em relação a 2006, mas permaneceu estável em termos de participação no total de ocupados (21,2%).